

Ulysses quer Constituição em fevereiro

EYMAR MASCARO

A nova Constituição brasileira deverá ser promulgada, no máximo, até o final de fevereiro. Esta é a intenção do presidente nacional do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, revelada ontem em entrevista, por telefone, ao Estado. "Espero que nossos trabalhos estejam concluídos em meados de fevereiro ou no final deste mês", declarou o deputado.

Ulysses Guimarães viajou para Nova York, há dez dias, em companhia da mulher, dona Mo-

ra, e da sobrinha, Sônia Guarita, para descansar e passar as festas de fim de ano. O deputado confirmou que retorna com a família, amanhã, ao Brasil. Domingo, Ulysses se reunirá com o governador Orestes Quércia, em São Paulo e, na segunda-feira, voltará a Brasília para recomendar os trabalhos constitucionais.

Forças concentradas

Assim que chegar a Brasília, Ulysses Guimarães presidirá a reunião dos deputados para acertar o impasse existente em função da mudança no regimen-

to. O deputado acredita que segunda-feira à noite, no mais tardar terça-feira o episódio regimental esteja encerrado. Se o presidente da Constituinte acertar, como quer, o problema do regimento, é provável que haja uma dispersão de forças do Centrão, como estão prevendo alguns constituintes experientes. O Centrão foi constituído, sobretudo, para mudar o regimento da Constituinte e permitir que os deputados e senadores liberais-democratas pudessem alterar alguns artigos da Constituição aprovados pela minoria na Comissão de Sistematização.

"Vamos concentrar forças na Constituinte", declarou o dr. Ulysses Guimarães, ao justificar sua oposição ao elenco de itens da pauta da reunião dos chamados "históricos" do PMDB que, no dia 9 de janeiro, se reúnem em Brasília. Ulysses é contrário, por exemplo, a que o grupo histórico lance candidato à Presidência da República, antes do encerramento dos trabalhos da Constituinte. Na entrevista de ontem, o deputado perguntou: "Como é que se pode colocar o carro na frente dos bois?" Ele se referia ao fato de os "históricos" estarem pretendendo escolher um candidato

do PMDB à sucessão de José Sarney sem antes o País saber qual será o regime político: presidencialista ou parlamentarista. E mais: qual o tempo de duração do mandato do atual presidente.

Ulysses Guimarães revelou ter recebido um telefonema do ex-governador Franco Montoro, que se apressou a negar o que havia dito, isto é: que o dr. Ulysses "é ruim de voto". O presidente do PMDB não sabe se na reunião de domingo, com Quércia, conversará sobre o encontro dos "históricos" dia 9, mas sabe-se que ele é contra a reunião porque não deseja prejudicar os traba-

lhos da Constituinte. Como os governadores, na sua maioria, também não estão de acordo com o propósito de Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, é provável que Ulysses peça o apoio de Quércia para esvaziar a iniciativa dos "históricos". Ulysses acrescentou que, na hipótese de não conseguir o acordo dos grupos em atrito na Constituinte para a votação imediata do substitutivo Cabral, não sabe, ainda, o que fará, pois mesmo como presidente da Constituinte não pode baixar ato da Mesa. A legislação não permite.

Cardoso pede para votar logo

RIVALDO CHINEM

Os pontos polêmicos da Constituinte não chegam a 5% dos 300 artigos, então o melhor seria votar logo. Estão levando mais tempo para mudar o regimento interno do que para fazê-lo. A afirmação é do líder do PMDB no Senado e relator do regi-

mento interno da Constituinte, motivo de polémica do Centrão, o senador paulista Fernando Henrique Cardoso.

Eleito com sete milhões de votos, o senador disse recentemente que o presidente José Sarney afastou-se do PMDB como Paulo na estrada de Damasco, ao ver pedras no caminho

voltou ao seu lugar de origem, o PDS. O que há de avanço ou de recuo no projeto que chega a fase final para plenário e sem ter votado o regimento interno? O senador Fernando Henrique, que se candidatou a prefeito nas últimas eleições e foi derrotado por Jânio Quadros, não quer disputar nem Prefeitura nem a Presidência da República em 88, embora

aposte nas diretas a partir do próximo ano.

A Constituinte contém matérias que são assuntos de lei ordinária. Ela é grande, precisaria ser enxugada. Essas são algumas das impressões deste ex-professor universitário, hoje líder no Senado do maior partido do País. Em seguida, sua entrevista.

"Constituição precisa ser enxugada"

Chegamos ao final do ano e o regimento interno da Constituinte não foi votado. Qual a sua impressão, senador, como relator do regimento?

Encontrei no início dos trabalhos, em fevereiro, um clima de muita ansiedade e uma espécie de sentimento assembleísta, no sentido de rejeitar qualquer coisa pronta. Se partíssemos da existência de um texto inicial ou de uma grande comissão que o fizesse, iria contrariar o sentimento democrático, alegaram. Então, fomos obrigados a propor uma fórmula de fazer a Constituinte que é completamente inabitual. Pessoalmente eu era por um texto-base, mas não aceitaram o que seria o procedimento habitual. Quem não aceitou foi justamente um dos que seriam um dos líderes do Centrão, que agora se opõe ao regimento interno.

O Centrão alega que o regimento foi manobra de cúpula.

Mas não foi. O Amaral Neto, por exemplo, propôs 48 subcomissões. Quando se faz a Constituição há uma tendência de grupos de trabalho fazerem propostas como se eles fossem o centro da Constituinte. Veja a questão das relações internacionais, que tem um ou dois artigos, não precisa mais do que isso. Fizemos 24 subcomissões, que seriam reunidas no final em oito, para afunilar os trabalhos. Como recurso inventaram a Comissão de Sistematização. Da Sandra Cavalcanti ao Haroldo Lima, da direita à esquerda, o que predominou era a cabeça de cada um, em cada cabeça uma sentença. Era natural que o resultado fosse uma colcha de retalhos. Fizemos, enfim, esse regimento na Comissão de Sistematização, composta originalmente por 93 membros. Só eles deveriam apresentar emendas. Mas houve mudanças, e se abriu a Comissão de Sistematização ao conjunto do plenário. Foi por isso que os trabalhos demoraram dois meses. Nas condições em que foi feita até que foi um milagre, porque a Comissão de Sistematização deu uma forma a isso tudo, muito desconjuntado no início. Hoje tem um anteprojeto. A História não vai julgar com esse caráter tão restritivo como estão fazendo hoje.

O Centrão alega que bastavam 47 votos para se aprovar qualquer artigo da Constituinte.

É uma idéia falsa de que no regimento bastariam 47 votos para a aprovação. É mentira. O regimento prevê a aprovação de tudo por maioria absoluta. Estão levando mais tempo para mudar o regimento do que para fazê-lo. Levam de dois a três meses para mudar dois ou três artigos.

Todo mundo poderia apresentar emendas?

O acordo de lideranças abriu essa potencialidade. Nunca houve regimento interno tão aberto. Havia um clima que obrigava um certo democratismo. Todos escolhiam a comissão na qual iriam participar. Foram milhares de emendas, houve bastante trabalho. É claro que por causa da sua origem, do modo como foi feito, a Constituinte contém matéria que não é constitucional. É matéria de lei ordinária. Porque uma Constituinte

que não é expressão de um pensamento jurídico, é a expressão de um momento político. A Constituição americana regula o uso de armas, não é matéria constitucional, é a expressão da luta política e do pacto político.

Os constituintes apresentaram disposição de mudar o país?

Os constituintes vieram com sede imensa de participar e com desconfiança de que as leis não pegam. Uma experiência das últimas duas décadas. Os grupos sociais se organizaram e fizeram pressão, e todo mundo estava com expectativa de ver uma Constituição. Na Constituição do Império haviam duas partes. Uma com princípios fundamentais. Outra com disposições complementares e depois disposições transitórias. Tu-

organização sindical menos corporativa. Dava maior liberdade sindical. Caiu porque houve pressão dos patrões e dos trabalhadores que se uniram para manter a estrutura corporativa. Aliás, o aspecto corporativista está em tudo. Há um certo cartorialismo na Constituinte.

Onde ela avança no sentido de proteger o homem comum?

Na questão dos direitos individuais coletivos. Na questão da liberdade da informação acabamos com a censura. Na questão da greve. Tem garantias de alguém quando se enxovalha a honra. Antes era só injúria e calúnia, hoje permite maior recurso de quem foi atingido. A Constituição tem que refletir uma ansia de liberdade política.

E na questão do poder?

Cito o exemplo da questão tribu-

viço público sem concurso não é certo. Quem está trabalhando tem que ter algumas vantagens, mas que o faça por mérito. Com relação ao estabelecimento de salário máximo ele não poderá ser maior do que o chefe de determinado poder do Executivo.

Na questão dos militares houve avanço?

Houve avanço na definição das funções das Forças Armadas. Eles se subordinam ao poder civil numa ação normal, não por iniciativa deles, mas de um dos poderes constitucionais. As Forças Armadas foram submetidas ao poder constitucional.

E com relação à Educação?

O grande problema foi com relação à destinação dos recursos públicos, dos impostos. As verbas serão destinadas ao setor público, às entidades filantrópicas, comunitárias ou confessionais. As boas escolas privadas não precisam de recurso público, pergunte ao Objetivo se ele quer ajuda do Estado. Os recursos públicos têm de ser dirigidos às escolas públicas, não privadas. A não ser através de auxílio à pesquisa, ao recurso tecnológico.

O senhor votou pelo parlamentarismo?

Sou parlamentarista. O sistema parlamentar é *sui generis* porque vai ter eleição direta para a Presidência da República. Tem na Áustria, na França e em Portugal, é uma evolução parlamentar nesse sentido. O Brasil tem de se ocidentalizar mais. O parlamentarismo é uma opção fundamental no caso brasileiro. Porque o presidente tem todos os poderes. Até numa nomeação para o Furrural ele se mete. Esse atual sistema está enfermo.

Diante do impasse o que fazer?

Negociar. As áreas problemáticas não são mais que 15 pontos. Como a Constituinte tem 300 artigos, não chega a 5%. O Centrão inventou forma de destaque em regimento separado. Não tem forma técnica, mas política. Demonstraram força, em torno do formal, do regimento. O Centrão não quer votar os 90% em que todos estão de acordo e deixar os 10% polêmicos para votar depois. Mas o ideal é votar logo a Constituição.

A Constituinte tem proposta socializante?

De jeito nenhum. Isso é coisa do Saulo Ramos. O que se pode discutir é o que fazer com o dinheiro do contribuinte. Na questão da ordem econômica no fundo são quatro pontos polêmicos, as empresas nacionais, derivados do petróleo, contratos de risco e exploração das áreas de mineração.

E nos direitos sociais?

Nessa questão a principal polémica é em relação à estabilidade. Foi um erro de condução de estratégia das empresas. Todos os países têm normas. A estabilidade no primeiro dia de emprego não tem sentido, como também não se pode deixar ninguém sem nenhum direito. Na questão do pagamento das horas extras em dobro há 8 anos que os Tribunais do Trabalho já fazem isso. Toda Constituinte é um pouco utópica mesmo.



Cardoso admite que Constituição está grande demais

do o que é princípio complementar fica como uma lei complementar e muda com metade mais um voto no futuro. Uma mais estável, outra mais maleável. A razão é sócio-política. Porque a sociedade muda e faz pressão. Assim, saem todas as matérias corporativistas. Há muitos aspectos do Judiciário que não são matéria constitucional. É preciso prestar atenção nesse aspecto.

A Constituição não deveria ser mais curta?

Ela precisa ser enxugada. Mas não é tão grande, se comparada a Constituições de outros países. Cada artigo tem muitos incisos, uma quantidade enorme de referências concretas. Isso pode ser simplificado também. Tentei fazer um texto sobre a

tária, nessa luta contra a descentralização de recursos nas mãos da União entra a questão de a União não dar autonomia aos Estados e aos municípios. Agora são tirado recursos do poder federal e passados para os poderes estadual e municipal. A descentralização é importante, porque está ligada à democracia. Você vê governadores submissos a Sarney. Muito mais do que no tempo do Figueiredo que tinha mais recursos do que se tem hoje. Os Estados estão com o pires na mão. Uma reforma tributária muda o Brasil. Para a burocracia estatal é o fim.

Mas houve absurdos, como a institucionalização do trem da alegria.

Na questão burocrática houve princípios corretos, mas com relação à estabilidade aos cinco anos de ser-

Arraes e Waldir, pelo rompimento

SALVADOR
AGÊNCIA ESTADO

Os governadores Waldir Pires, da Bahia, Moreira Franco, do Rio e Miguel Arraes, de Pernambuco, reuniram-se ontem em Salvador para discutir a situação política do País e a linha de ação do PMDB com relação ao governo do presidente José Sarney. Os três apóiam eleições presidenciais em 88.

Waldir e Arraes relataram ao colega fluminense a maneira discriminatória como vêm sendo tratados os dois estados nordestinos pelo governo federal, em consequência de terem lutado pela redução do mandato de Sarney na Comissão de Sistematização da Constituinte. Em função das retaliações, tanto Waldir como Arraes apóiam o rompimento do PMDB com o Planalto, posição que será levada à reunião do dia 9 dos chamados peemedebistas "históricos".

Moreira Franco disse, antes do início da reunião, que a discussão sobre o rompimento com o governo não é o principal problema do PMDB no momento. "Precisamos garantir a votação e promulgação da Constituição, no prazo mais curto possível", observou.